

Camara Municipal de Bento Conçaives

Estado do Rio Grande do Sul MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES PODER EXECUTIVO

Exmo. Sr. Vereador RAFAEL PASQUALOTTO (PP) Presidente da Câmara Municipal de Bento Gonçalves Nesta.

Excelentíssimo Presidente:

Em atenção ao r. DESPACHO, recebido em 20 de outubro de 2020, e em conformidade com o art. 140, do Regimento Interno desta Colenda Câmara Municipal, estamos encaminhando a Redação Final do Projeto de Lei nº 75, de 2020, que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCESSÃO OUTORGAR DE USO, ONEROSA CONTRAPARTIDA, DE ÁREAS, ESPAÇOS E LOGRADOUROS PÚBLICOS PARA FINS COMERCIAIS" juntamente com as Emendas Nº 11, 12, 13 e 14/2020.

Alertamos, por oportuno, que na Redação Final houve correções na técnica legislativa redacional, em detrimento ao Projeto de Lei original, para que sejam consideradas no encaminhamento da respectiva sanção.

Sem mais, com alta estima e elevado apreço, subscrevemo-nos.

Cordialmente.

Bento Gonçalves, 30 de outubro de 2020.

Vereador VOLNEI CHRISTOFOLI (PP)

Presidente da COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E

REDAÇÃO FINAL

Jaime Zandonai

Advogado - OAB/RS nº 38.659

Procurador Jurídico

AUTÓGRAFO LEGISLATIVO:

Vereador RAFAEL PASQUALOTTO (PP)

Presidente da Câmara Municipal de Bento Gonçalves



Estado do Rio Grande do Sul MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES PODER EXECUTIVO

LEI MUNICIPAL I	٧º,	DE	DE	D	E	20)2	0

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A OUTORGAR A CONCESSÃO DE USO, ONEROSA OU POR CONTRAPARTIDA, DE ÁREAS, ESPAÇOS E LOGRADOUROS PÚBLICOS PARA FINS COMERCIAIS.

Art. 1º Fica o Município de Bento Gonçalves autorizado a outorgar a concessão de uso, onerosa ou por contrapartida, de áreas, espaços e logradouros públicos, para fins comerciais, mediante licitação na modalidade concorrência.

Parágrafo único. O valor a ser cobrado referente ao espaço, deverá ser atrelado ao valor imobiliário do local da concessão, através de avaliação imobiliária.

Art. 2º As áreas, espaços e logradouros públicos que poderão ser objeto de concessão de uso, nos termos do art. 1º, desta Lei, consistem em:

- I ruas, esquinas, meios-fios e calçadas;
- II parquinhos infantis;
- III academias populares;
- IV rotatórias;
- V canteiros;
- VI jardins;
- VII praças;
- VIII áreas de ginástica e lazer.

Art. 3º A concessão será onerosa ou mediante contrapartida pelo concessionário, e terá duração pelo prazo de até 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogada uma única vez, por igual período.

Art. 4º Todas as condições de outorga, direitos e obrigações das partes serão estabelecidas mediante Contrato, a ser firmado entre a vencedora da licitação e o Município de Bento Gonçalves.



Estado do Rio Grande do Sul MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES PODER EXECUTIVO

Art. 5º Em caso de não pagamento das obrigações por até 3 (três) meses, pela parte do concessionário, o Município de Bento Gonçalves terá o direito ao rompimento do contrato.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, aos _____ dias do mês de _____ de dois mil e vinte.

GUILHERME RECH PASIN Prefeito Municipal